

Recorde

Divulgação



Shell registrou lucro de US\$ 9,81 bilhões

A Shell divulgou na quinta-feira (2) que teve lucro ajustado de US\$ 9,81 bilhões no quarto trimestre de 2022, bem maior do que o ganho de US\$ 6,39 bilhões verificado em igual período de 2021. O resultado ficou acima da projeção média de US\$ 8 bilhões de uma pesquisa de 28 analistas, encomendada pela própria petrolífera anglo-holandesa. **PÁGINA 3**

Balanço

Americanas diz que BTG tem culpa em rombo

Americanas acusou o BTG Pactual de "participação, conivência e culpa" no rombo contábil de R\$ 20 bilhões que levou à crise na empresa. Na peça, a companhia incluiu "cartas de circularização" do banco à auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC) - esses documentos são usados por empresas de inspeção e credores para checar dados de balanços. **PÁGINA 3**

Expansão

Aurora teve receita de R\$ 22 bilhões em 2022

A Cooperativa Central Aurora Alimentos, de Chapecó (SC), terceira maior empresa de alimentos do Brasil, obteve receita operacional bruta de cerca de R\$ 22 bilhões em 2022, resultado 13% superior ao ano anterior. As sobras do exercício foram de R\$ 649,0 milhões. **PÁGINA 2**

Crédito

Santander prevê maior rentabilidade em 2023

O Santander teve lucro líquido de 2,29 bilhões de euros no quarto trimestre de 2022, valor muito semelhante ao ganho de 2,28 bilhões de euros apurado em igual período do ano anterior. O número superou as expectativas de analistas consultados pela FactSet, que previam lucro de 2,14 bilhões de euros. **PÁGINA 4**

Presidente admite que quer política pública mais robusta

Lula promete um novo regime fiscal para o País

O presidente confirmou que o governo avançará com a reforma tributária, classificada por ele como essencial para a retomada sustentável do crescimento



Marcelo Camargo - Agência Brasil

Em mensagem presidencial de início do ano legislativo, o governo afirma que irá construir um novo regime fiscal ao País. Ao citar o avanço da reforma tributária, a mensagem destaca que novas regras fiscais terão previsibilidade e credibilidade. "Vamos construir um novo regime fiscal para o Brasil. Ainda no primeiro semestre, antes mesmo da data prevista na Emenda Constitucional nº 126, de 2022, submeteremos à apreciação do Congresso Nacional novas regras fiscais que assegurem previsibilidade e credibilidade ao nosso País", anuncia a nota assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele garantiu ainda a reto-

mada de investimento público e o estímulo ao investimento privado. "Reconstruir o Brasil exige que estejamos comprometidos com a geração de emprego, trabalho e renda. Vamos retomar o investimento público e estimular o investimento privado para que os empregos voltem a ser gerados. O presidente destacou ainda a importância de diálogo entre as instituições e a defesa à democracia. De acordo com a mensagem, todos os avanços conquistados dependeram de profundo diálogo com o Congresso. A mensagem foi entregue pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e quem o leu foi o primeiro-secretário da Câmara, deputado federal Luciano Blvar (União Brasil-PE). **PÁGINA 6**

DENÚNCIA

Marcos do Val diz que Bolsonaro pressionou por golpe de Estado



Marcelo Camargo - Agência Brasil

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) disse, na quinta-feira (2), que participou de uma reunião com o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-deputado Daniel Silveira, que tinha como objetivo induzir o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, a "reconhecer" que ultrapassou as quatro linhas da Constituição com o ex-presidente da República. A missão, segundo o parlamentar, foi passada em dezembro pelo ex-deputado Daniel Silveira, que marcou e conduziu todo o encontro. **PÁGINA 7**

VIA OLÍMPICA

Rio vai ganhar parque na Barra da Tijuca

PÁGINA 8

APOIO

Leite: Centro precisa ser a favor de algo

PÁGINA 6

INFLAÇÃO

BCE eleva taxa de juros em 50 pontos-base

PÁGINA 5

IBOVESPA 110.140,64 **↓ -1,72%**

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
GOL PN N2	8,45	+13,12%	+0,98
AZUL PN N2	12,44	+7,15%	+0,83
LOCAWEB ON NM	6,59	+4,27%	+0,27
VIA ON NM	2,43	+3,40%	+0,08
CIELO ON NM	5,01	+3,09%	+0,15

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	7,91	-7,70%	-0,66
CSNMINERACAOON N2	4,960	-7,12%	-0,380
USIMINAS PNA N1	7,91	-5,95%	-0,50
BRASKEM PNA N1	22,45	-5,67%	-1,35
SID NACIONALON	17,50	-5,46%	-1,01

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	89,14	-4,62%	-4,32
PETROBRAS PN N2	24,52	-4,63%	-1,19
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	25,21	+0,92%	+0,23
BRADESCO PN EJ N1	13,94	+1,50%	+0,21
BRASIL ON NM	39,45	-1,89%	-0,76

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	34.053,94	-0,11%
S&P 500	4.179,76	+1,47%
NASDAQ	12.200,82	+3,25%
DAX 30	15.509,19	+2,16%
FTSE 100	7.820,16	+0,76%
IBEX 35	9.229,70	+1,45%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,044	5,045	↓ -0,30%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,026	0,027	↓ -0,46%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,502	5,504	↓ -0,97%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,171	6,173	↓ -1,52%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
308,00	USD\$ 1.912,61	

EXPORTAÇÕES

Cooperativa Aurora apresentou receita de R\$ 22 bilhões em 2022

A empresa se tornou no ano passado a maior exportadora de carne suína do País, respondendo por 25,5% das exportações brasileiras do produto. No segmento de aves a participação foi de 7,2%

A Cooperativa Central Aurora Alimentos, de Chapecó (SC), terceira maior empresa de alimentos do Brasil, obteve receita operacional bruta de cerca de R\$ 22 bilhões em 2022, resultado 13% superior ao ano anterior. As sobras do exercício foram de R\$ 649,0 milhões, informou a cooperativa, em comunicado.

Em 2022, o mercado interno respondeu por 64,3% (R\$ 14,1 bilhões) da receita operacional bruta e absorveu 65,6% da produção. O mercado externo contribuiu com 35,7% (R\$ 7,9 bilhões) das receitas e despachou para mais de 80 países 34,4% da produção.

A Aurora firmou-se em 2022 como a maior exportadora de carne suína do País: respondeu por 25,5% das exportações brasileiras do produto. No segmento de aves a participação foi de 7,2% das exportações.

O abate total de suínos nas sete plantas industriais cresceu 6,4% no ano passado e atingiu 7,1 milhões de cabeças. A industrialização de carnes suínas subiu 5,2% e atingiu 404 mil toneladas; a produção in natura aumentou 10% e atingiu 686 mil toneladas. A cadeia produtiva da Aurora tem, na base, 3.642 suinocultores integrados em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

No segmento da avicultura de corte, a Aurora abateu em suas nove plantas 288,5 milhões de cabeças em 2022, um incremento de 3% em relação ao volume total das aves abatidas em 2021. Uma rede de 2 286 avicultores integrados constitui a base produtiva



No segmento da avicultura de corte, a Aurora abateu em suas nove plantas 288,5 milhões de cabeças em 2022, um incremento de 3% em relação ao volume total das aves abatidas em 2021

nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A produção in natura de carnes de aves foi ampliada em 10,2% para 645 mil toneladas. A industrialização avançou 7,6% para 58,4 mil toneladas.

A Aurora recebeu 507,5 milhões de litros de leite para processamento industrial em 2022, volume 8% abaixo do ano anterior. Essa matéria-prima permitiu, entre outros aproveitamentos, a produção 216,6 mil toneladas de industrializados (aumento de 2,3%) em oito linhas: bebida láctea, leite UHT, leite em pó, soro em pó, creme de leite, queijo em barra, queijo fatiado e requeijão.

A linha de industrializados de massas - formada por lasanhas, pizzas, pão de queijo, sanduíches e prato pronto - evoluiu 33,2% para 11,4 mil toneladas.

O presidente da Aurora, Neivor Canton, disse na nota que vários aspectos concorreram para o bom desempenho das exportações. Entre eles, citou: a abertura do mercado canadense para a carne suína brasileira (Aurora foi a primeira empresa brasileira a embarcar para aquele país); consolidação do mercado suíno no Japão; retorno da habilitação da unidade de frango de Xaxim (SC) para a China; abertura do mercado do México para suíno; primeira exportação de processados para o Paraguai; primeiro contêiner de cortes suínos para a Índia e a retomada das exportações de cortes suínos para a Coreia do Sul.

A Aurora ponderou, no entanto, que o aumento dos custos de produção, em grande parte decorrentes das dificuldades causadas

pela inter-relação das crises ambiental, econômica e política, agravadas pela guerra Rússia-Ucrânia, perturbaram as cadeias internacionais de suprimento, afetando diretamente o Brasil. Os reflexos foram sentidos na escassez de contêineres, de navios, de milho e farelo de soja (matéria-prima básica da nutrição animal), além de insumos para a agricultura, aditivos, vitaminas, enzimas, aminoácidos etc. O conflito desorganizou a economia global, causou crise energética na Europa e contribuiu para o avanço da inflação nos Estados Unidos, China, Reino Unido e Zona do Euro.

Nessa conjuntura foi inevitável, conforme o presidente, que fatores relevantes causassem impacto no desempenho das áreas essenciais,

como a agropecuária (menor disponibilidade de pintalinhos no mercado), logística (reajustes nos custos de fretes causados pela elevação no preço dos combustíveis, especialmente o diesel), industrial (menor captação de leite, escassez de mão de obra e baixa demanda comercial para itens industrializados), administrativa (aumento significativo na taxa de juros praticados pelo mercado) e área comercial (demanda reprimida por itens de valor agregado).

O presidente da Aurora acredita que 2023 será outro ano de desafios em consequência de menor crescimento da China, de possível recessão na Europa e na América do Norte e dos custos "persistentemente elevados" dos principais insumos - especialmente milho e

soja. Assegurou, entretanto, que serão mantidos os níveis de produção para preservar os empregos, manter a sustentabilidade das amplas cadeias produtivas (suinocultura, avicultura e bovinocultura leiteira), contribuir com a segurança alimentar do País e gerar superávits na balança comercial.

A Cooperativa dará prosseguimento ao plano de investimentos que já vem sendo implementado há três anos. A maior fatia do programa de investimentos - prevista em R\$ 1,082 bilhão para 2023 - está orientada para o aumento da capacidade produtiva, seguido do atendimento de exigências legais, a manutenção da capacidade e inovação, além de melhorias e aperfeiçoamentos nas áreas de qualidade, segurança e saúde do trabalho.

JUROS ALTOS

Indústria da transformação fechou o ano passado com redução no faturamento

A indústria da transformação encerrou o ano de 2022 com recuo do faturamento e da utilização da capacidade instalada (UCI), aponta pesquisa Indicadores Industriais, divulgada na quinta-feira, 2, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O levantamento mostra, no entanto, um avanço no número das horas trabalhadas na produção, da massa salarial real e do rendimento médio do trabalhador.

No fechamento do ano de 2022, os resultados são positivos para a indústria, com expansão de cinco dos seis indicadores monitorados na

comparação anual. Apenas a UCI registrou queda no ano. Segundo a CNI, entre os principais fatores que contribuíram para esse avanço no ano passado estão a reorganização gradual das cadeias de suprimentos, a desaceleração inflacionária e a recuperação do mercado de trabalho, associada à atividade econômica mais aquecida.

"O avanço acontece a despeito das taxas de juros crescentes, que seguem impedindo um avanço mais expressivo da atividade industrial", destaca a entidade.

"O encerramento do ano

de 2022 traz resultados positivos para a indústria de transformação, mas não são resultados a serem comemorados, tendo em vista que em alguns casos apenas recuperam perdas sofridas em 2021 e estão associados a uma perspectiva de estabilidade para a produção industrial do ano", diz a economista da CNI, Larissa Nocko.

Os Indicadores Industriais apontam que o faturamento real recuou em dezembro 0,4% em relação a novembro de 2022, na série livre de efeitos sazonais. Apesar da variação negativa, o faturamento ainda é o segundo mais alto

desde 2015. No acumulado de janeiro a dezembro de 2022 frente ao mesmo período de 2021, o faturamento teve alta de 2,8%.

Com relação às horas trabalhadas na produção, elas terminaram o ano de 2022 em alta, com crescimento de 0,6% em dezembro em relação a novembro, na série livre de efeitos sazonais. Na comparação anual, houve crescimento de 2,7% das horas trabalhadas no ano passado.

O emprego industrial permaneceu estável em dezembro, com ligeira variação de 0,1% ante novembro. Esse

foi o segundo mês de estabilidade, "reforçando a acomodação do ritmo de crescimento do emprego, que teve sucessivas altas entre o segundo semestre de 2020 e o segundo semestre de 2022". No acumulado de janeiro a dezembro de 2022, o emprego fechou com alta de 1,5% ante igual período de 2021.

A massa salarial também avançou em dezembro de 2022, com alta de 0,3% em relação a novembro. De acordo com dados da CNI, ao longo do ano passado, foram nove altas, o que confere trajetória crescente à massa salarial. No acu-

mulado de janeiro a dezembro do ano passado, houve crescimento de 3,7% na massa salarial na comparação com igual período de 2021.

O rendimento médio real dos trabalhadores da indústria teve avanço de 0,8% em dezembro em relação ao mês anterior. No acumulado de janeiro a dezembro, o avanço foi de 2,1%.

Com relação à Utilização da Capacidade Instalada (UCI), houve um recuo em dezembro de 0,6 ponto porcentual em relação ao mês anterior, encerrando o ano em 79,4% na série livre de efeitos sazonais. Ao longo do ano passado, a série apresentou tendência de queda gradual, mas permaneceu acima do patamar registrado entre 2016 e 2019. Na comparação com dezembro de 2021, o indicador apresenta recuo de 2,1 ponto porcentual.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

RECOMPRA DE AÇÕES

Shell lucrou mais do que o esperado e garantiu recorde no ano passado

A empresa anunciou o início de um programa de recompra de ações de US\$ 4 bilhões que deverá durar cerca de três meses e disse que todas as ações recompradas serão canceladas

A Shell divulgou na quinta-feira (2) que teve lucro ajustado de US\$ 9,81 bilhões no quarto trimestre de 2022, bem maior do que o ganho de US\$ 6,39 bilhões verificado em igual período de 2021. O resultado ficou acima da projeção média de US\$ 8 bilhões de uma pesquisa de 28 analistas, encomendada pela própria petrolífera anglo-holandesa. Considerando-se a medida com base nos custos de suprimentos, a Shell lucrou US\$ 11,4 bilhões entre outubro e dezembro, ante US\$ 11,2 bilhões no mesmo intervalo do ano anterior. Em todo o ano de 2022, a Shell teve lucro inédito de US\$ 41,6 bilhões, que supera, de longe o recorde anterior de US\$ 31,4 bilhões de 2008.

A Shell anunciou também o início de um programa de recompra de ações de US\$ 4 bilhões que deverá durar cerca de três meses. Em comunicado, a petrolífera anglo-holandesa disse que todas as ações recompradas serão canceladas.

O diretor executivo da Shell, Wael Sawan, disse que os resultados no quarto trimestre e ao longo do ano demonstram a força do portfólio diferenciado da empresa, bem como a capacidade para fornecer energia vital aos clientes em um mundo volátil.

"Acreditamos que a Shell está bem posicionada para ser o parceiro confiável durante a transição energética. Enquanto continuamos a colocar a estratégia Progress em ação, desenvolveremos nossos principais pontos fortes, simplificaremos ainda mais a organização e focaremos em atuação. Pretendemos permanecer disciplinados enquanto entregamos retornos atraentes aos acionistas, conforme demons-



Em todo o ano de 2022, a Shell teve lucro inédito de US\$ 41,6 bilhões, que supera, de longe o recorde anterior de US\$ 31,4 bilhões, que foi alcançado em 2008

trado pelos 15% de aumento nos dividendos e o programa de recompra de ações de US\$ 4 bilhões anunciado."

A empresa fez uma distribuição aos acionistas no ano de 2022, de US\$ 26 bilhões, sendo que as distribuições totais foram 35% superiores ao CFFO para 2022.

A Shell reforçou também seu portfólio com a aquisição da Nature Energy (Dinamarca), produtora de gás natural renovável,

ganhando o concurso eólico para Hollandse Kust (oeste) VI como parte da joint venture Ecowende e simplificando ainda mais o portfólio com a fusão da Shell Midstream Partners (EUA).

A perspectiva de capex em caixa para 2023 é de US\$ 23 bilhões a 27 bilhões.

A receita atribuída aos acionistas, em comparação com o terceiro trimestre de 2022, refletiu principalmente o aumento dos resultados de

negociação e otimização, movimentos de impostos diferidos favoráveis, parcialmente compensados por preços de petróleo e gás realizados mais baixos, e maiores despesas operacionais.

A receita do quarto trimestre de 2022 incluiu ganhos líquidos de US\$ 4,2 bilhões devido à contabilidade de valor de derivados de commodities, parcialmente compensada por encargos de US\$ 1,9 bilhão relacionados à contribuição

de solidariedade da UE e o imposto sobre lucros de energia do Reino Unido, e encargos de depreciação de US\$ 0,7 bilhão. Esses ganhos e perdas totalizam um ganho líquido de US\$ 1,5 bilhão no trimestre. A despesa líquida chegou a US\$ 1,4 bilhão.

O fluxo de caixa das atividades operacionais para o quarto trimestre de 2022 foi de US\$ 22,4 bilhões e incluiu capital de giro de US\$ 10,4 bilhões e

pagamentos de impostos de US\$ 4,4 bilhões. As entradas de capital de giro foram impulsionadas principalmente por maiores entradas de margem, preços mais baixos nos estoques de petróleo, uma diminuição nas contas a receber e caixa relacionado a joint ventures.

O fluxo de caixa das atividades de investimento no trimestre registrou uma saída de US\$ 6,9 bilhões e incluiu despesas de capital de US\$ 6,4 bilhões.

RISCO SACADO

Americanas afirma em processo que BTG teve 'culpa' no rombo contábil

Em um documento judicial, a Americanas acusou o BTG Pactual de "participação, conivência e culpa" no rombo contábil de R\$ 20 bilhões que levou à crise na empresa. Na peça, a companhia incluiu "cartas de circularização" do banco à auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC) - esses documentos são usados por empresas de inspeção e credores para checar dados de balanços.

"O BTG também teve participação nos atos que culminaram no cenário periclitante atual. Aliás, não apenas participação, mas conivência e culpa", escreveram os advogados da varejista no recurso da Americanas ao processo movido pelo BTG contra a companhia no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo os defensores da Americanas, em 2021, a PwC pediu ao BTG informações sobre os ativos da empresa e "todo e qualquer passivo, incluindo-se eventuais empréstimos bancários e garantias".

"No entanto, em sua resposta à carta de circularização da PwC, o BTG não informou qualquer passivo", afirmou a defesa da rede de lojas. Para os advogados da empresa, o banco tomou essa atitude

"possivelmente por considerar tal operação de 'risco sacado' como sendo meramente comercial, e não uma dívida financeira."

O risco sacado é uma linha de crédito que envolve uma triangulação entre a empresa, seus fornecedores e bancos - na operação, instituições financeiras quitam o débito da empresa com fornecedores e transformam o valor em dívida. "O BTG, na verdade, indicou somente ativos do Grupo Americanas, contribuindo para as inconsistências contábeis", segundo o documento judicial dos advogados da varejista.

O embate entre Americanas e os bancos credores começou com o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão que a companhia tinha depositado no BTG. O banco alegou no processo ter feito a operação porque a companhia teria efetuado saques que somaram R\$ 800 milhões.

Também nos autos, a varejista indicou que o avanço de bancos sobre seu caixa, iniciado pelo BTG, levou a rede a uma situação insustentável, com R\$ 250 milhões para tocar toda a sua operação. A iniciativa dos bancos adiantou,

disse a empresa, o pedido de recuperação judicial. A Americanas está agora no chamado "prazo de blindagem", período de 180 dias em que todas as suas dívidas ficam suspensas. A empresa informou à Justiça ter uma dívida de R\$ 43 bilhões.

A varejista questionou a legalidade do bloqueio do BTG, pois, de acordo com a Americanas, a operação foi feita sem respeitar o prazo de três dias para a resposta da empresa à notificação extrajudicial do banco. Se o prazo tivesse sido cumprido, a empresa já estaria protegida pela medida cautelar do Tribunal de Justiça do Rio que impedia vencimentos antecipados de dívidas. O trio de acionistas bilionários da Americanas - Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles - já atribuiu publicamente parcela da culpa pela crise aos bancos credores.

Em nota, o BTG afirmou ser "inconcebível" alegar que a instituição teve influência no desfalque. "É completamente inconcebível alegar que o BTG Pactual iria compactuar com prática que poderia comprometer a sua exposição junto

à companhia. A leviana criação de narrativas no intuito de atribuir aos bancos qualquer tipo de responsabilidade neste lamentável episódio tem por objetivo desviar a atenção do problema central", afirmou.

Bancos estrangeiros se juntaram formalmente ao grupo de bancos credores nacionais da Americanas para tentar avançar na negociação com a empresa. Segundo pessoas que acompanharam as ações, representantes de JPMorgan, Bank of America e Goldman Sachs participaram das conversas.

Um dos objetivos dos bancos é buscar a tese de "desconsideração da personalidade jurídica", para cobrar os acionistas bilionários da Americanas: Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles. Quando uma empresa quebra, os credores têm direito a tentar retomar os bens e ativos só da companhia - a responsabilidade dos sócios é limitada. A exceção é quando há fraude, situação que envolve também os controladores.

De acordo com o executivo de um banco credor, que preferiu não se identificar,

todos os bancos estão indo pelo mesmo caminho. Segundo ele, a única questão é analisar juridicamente qual deve ser o foro de cada ação, o Brasil ou o exterior.

Até aqui, Bradesco e Itaú conseguiram na Justiça de São Paulo sinal verde para produzir antecipadamente provas que possam comprovar quem foram os responsáveis pelo que suas defesas qualificam como fraude. No caso do Bradesco, a autorização é para a apreensão de e-mails de executivos e conselheiros da companhia, inclusive os que já deixaram os cargos, nos últimos dez anos. A Americanas alegou que o banco não poderia fazer essa coleta, mas até aqui, não obteve sucesso.

O que os bancos buscam é comprovar que houve fraude e que os principais acionistas conheciam a situação. Entre banqueiros, é comum a afirmação de que Carlos Alberto Sicupira, um dos membros do "trio", tinha voz decisória no dia a dia da Americanas, e que, portanto, não se pode supor que estaria distante de debates sobre as contas e o endividamento da empresa.

Os bancos têm rechaçado

a tese dos advogados da Americanas - e dos seus maiores acionistas - de que eles possuem parte da culpa no rombo de R\$ 20 bilhões, por terem assinado cartas de circularização.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) atendeu a pedido da Americanas e colocou sob sigilo e-mails de executivos da companhia que podem ser apreendidos em ação de produção antecipada de provas movida pelo Bradesco. Além disso, a Justiça paulista permitiu o compartilhamento das mensagens com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que investiga o rombo contábil de R\$ 20 bilhões da companhia.

A Americanas pediu ao TJ que os documentos fiquem sob sigilo até que haja uma triagem pelos peritos nomeados pelo tribunal. "O teor dos documentos a serem apreendidos pelo Grupo Americanas tem caráter sigiloso, contendo não só informações sobre negócios, mas também sobre a vida privada das pessoas atingidas", afirmou a defesa da varejista.

O sigilo valerá apenas para os e-mails, documentos e demais dados que forem apreendidos até que o perito nomeado faça uma triagem. Este é outro ponto em que há divergência. A perita Patrícia Punder renunciou à função por "divergência sobre honorários". O nome substituto não foi definido.

SAZONALIDADE

Venda de veículos novos subiu 12,9% em janeiro

Balanco divulgado na quinta-feira, 2, pela Fenabrave, a associação que representa as concessionárias, mostra que as vendas de veículos novos no País subiram 12,9% no mês passado, quando comparadas ao volume de janeiro de 2022.

No total, 142,8 mil unidades foram comercializadas no primeiro mês deste ano, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Frente a dezembro, tradicionalmente um mês mais aquecido, houve queda de 34,2% nos emplacamentos.

Ao comentar o primeiro resultado do ano, o presidente da Fenabrave, José Maurício Andreta Júnior, lembrou que em janeiro de 2022 os estoques das revendas ainda estavam baixos, dadas as restrições de produção nas montadoras.

Já o declínio frente a dezembro é atribuído à sazonalidade, uma vez que as maiores despesas de início de ano, como pagamento de IPTU e material escolar, apertam o orçamento das famílias nesta época.

"Como nossas projeções apontam para uma estabilidade nos emplacamentos de automóveis e comerciais leves em 2023, é interessante que os segmentos iniciem o ano com resultados positivos", afirmou Andreta Jr., ao tratar do avanço de 11,9% dos emplacamentos de veículos leves, como carros de passeio, picapes e vans, no comparativo interanual.

Conservadora em função das incertezas sobre a condução da política econômica e dos juros mais altos, a Fenabrave divulgou no mês passado projeções que indicam um mercado estagnado, pelo terceiro ano seguido, nas 2,1 milhões de unidades em 2023.

Já a Anfavea, entidade das montadoras, prevê avanço de 3% das vendas e de 2,2% da produção de veículos durante o ano, levando em conta a melhora do fornecimento de componentes eletrônicos, cuja escassez provocou paradas de fábricas nos últimos dois anos.

A indústria espera acumular uma "gordura" no primeiro trimestre, quando as vendas se confrontam com uma base de comparação baixa, para atravessar o ano com crescimento.

As vendas de motos somaram 110,5 mil unidades no mês passado, mostrando uma alta de 23,2% frente a janeiro de 2022. Contra dezembro, quando as vendas são tradicionalmente mais altas, o setor teve queda de 16,4%.

Líder do segmento de duas rodas, a Honda foi a marca de 69,6% do total de motos vendidas em janeiro. A vice-líder Yamaha ficou com 19,5%.

RECEITA AVANÇA



O Santander prevê alta de dois dígitos na receita e retorno sobre patrimônio tangível - uma importante medida de rentabilidade - acima de 15%

Santander espera por uma maior rentabilidade em 2023

A receita do maior banco espanhol avançou para cerca de 13 bilhões de euros nos últimos três meses do ano passado

O Santander divulgou na quinta-feira (2) que teve lucro líquido de 2,29 bilhões de euros no quarto trimestre de 2022, valor muito semelhante ao ganho de 2,28 bilhões de euros apurado em igual período do ano anterior. O número superou as expectativas de analistas consultados pela FactSet, que previam lucro de 2,14 bilhões de euros entre outubro e dezembro.

A receita do maior banco espanhol avançou para 13,52 bilhões de euros nos últimos três meses do ano passado, ante 11,78 bilhões de euros no mesmo intervalo de 2021. O resultado também ficou acima do consenso da FactSet, de 13,38 bilhões de euros. As provisões líquidas para empréstimos inadimplentes do Santander totalizaram 3,02 bilhões de euros no trimestre.

Para 2023, o Santander prevê alta de dois dígitos na receita e retorno sobre patrimônio tangível - uma importante medida de rentabilidade - acima de 15%. Em 2022, esse retorno foi de 13,37%.

O Santander Brasil regis-

trou lucro líquido gerencial (que exclui o ágio de aquisições) de R\$ 1,689 bilhão no quarto trimestre de 2022, queda de 56,5% em relação ao mesmo período de 2021. Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, a baixa foi de 45,9%.

No último trimestre de 2022, o banco voltou a elevar as provisões contra a inadimplência, afetadas em especial por um "evento subsequente", ou seja, ocorrido após 31 de dezembro de 2022, no segmento de atacado. A instituição não dá maiores detalhes, como o nome do cliente.

Em janeiro, a rede varejista Americana entrou com pedido de recuperação judicial, com dívidas de aproximadamente R\$ 47 bilhões. O Santander é um dos maiores credores da companhia, com cerca de R\$ 3,6 bilhões a receber, de acordo com estimativa preliminar.

As margens do Santander caíram 11,6%, enquanto a receita com serviços subiu 1,9%, para R\$ 5,075 bilhões. Nas margens, o banco observou novo impacto da tesouraria, que acumula resultados negativos diante da alta

da Selic.

No trimestre, a margem com mercado, que contabiliza os resultados com tesouraria, foi negativa em R\$ 1,265 bilhão, contra ganho de R\$ 1,744 bilhão no mesmo período do ano anterior.

Na margem com clientes, que reflete o resultado com operações para empresas ou pessoas físicas, o resultado foi de R\$ 13,781 bilhões, alta de 11% no espaço de um ano. Segundo o Santander, o crescimento se deu diante do maior volume de crédito e também do maior spread (diferença entre custo de captação e juros cobrados nos empréstimos).

No acumulado de 2022, o Santander teve lucro de R\$ 12,900 bilhões no Brasil, baixa de 21,1% na comparação com 2021. O ano foi marcado pelo aumento das provisões em 72,7%, diante da maior inadimplência de clientes pessoas físicas. Além disso, as margens do Santander foram pressionadas por perdas da tesouraria, diante do impacto negativo da alta dos juros sobre a carteira de títulos do banco.

"Iniciamos um processo de ajuste operacional no quarto

trimestre de 2021. Buscamos nos posicionar adequadamente para enfrentar um ambiente macroeconômico que se provava mais desafiador, com potenciais repercussões nas dinâmicas de crédito", afirma no comunicado o CFO do Santander Brasil, Angel Santodomingo.

Ele aponta ainda que o banco começa 2023 com um balanço sólido e uma carteira de crédito de maior qualidade. "Continuaremos a crescer de forma sustentável", diz.

O Santander Brasil chegou a dezembro com R\$ 1,047 trilhão em ativos, alta de 8,9% em um ano. O banco comenta que o resultado veio com a alta nos investimentos líquidos interbancários, da carteira de crédito e também de câmbio.

No mesmo período, o patrimônio líquido da instituição chegava a R\$ 80,806 bilhões, alta de 4,5% em um ano.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE, na sigla em inglês) do Santander ficou em 8,3%, uma retração de 11,7 pontos percentuais ante o mesmo intervalo de 2021, e de 7,3 p.p. em três meses.

REGRA FISCAL

Tebet: reforma tributária será aprovada em seis meses

Após uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou na quinta-feira, 2, que não é possível aprovar uma reforma tributária em menos de seis meses. Por isso, segundo ela, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que precisa ser enviada pela equipe econômica ao Congresso até abril, não deve levar em conta eventuais mudanças no modelo de tributação do País.

"A reforma tributária é um processo que começa agora, mas a gente está, mais ou menos, definindo alguma coisa em torno de seis meses. Não dá para falar em uma reforma tributária em menos tempo que isso", disse Tebet, a jornalistas. "Então, não dá para apresentar uma LDO pensando numa reforma tributária que ainda nem começou a tramitar", emendou.

Na quarta-feira, a ministra estimou a aprovação da matéria no Congresso até 15 de julho. Tebet foi ao gabinete de Lira para começar as tratativas e se colocar à disposição para debater a reforma tributária. "Entramos mais em detalhes de mérito do que de forma", afirmou.

Ela disse também que passou ao presidente da Câmara a preocupação dos Estados com a perda de receitas de ICMS. Na semana passada, os governadores se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pedir a recomposição das perdas com mudanças recentes na cobrança do imposto.

A ministra do Planejamento ressaltou que a reforma tributária deve começar pela Câmara. Lira quer criar em fevereiro um grupo de trabalho para discutir o assunto.

"Para que a gente possa alinhar um texto em conjunto, Câmara e Senado, sempre colocando os líderes do Senado para participar, para que quando sair a reforma da Câmara, seja o mais próximo possível de um texto definitivo que o Senado tenha identidade e conforto para votar", disse Tebet. "Não temos que colocar prazo, nós não conhecemos a nova Legislação, tem que dar o tempo deles. O importante é que a reforma tributária caminhe, e ela vai caminhar porque tem boa vontade do Congresso Nacional, do presidente Lira e do presidente Pacheco", emendou.

Simone Tebet afirmou que o foco do Planejamento será a LDO, que deve caminhar junto com a regra fiscal que vai substituir o teto de gastos - que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação. "É importante porque a LDO já precisa ter, pelo menos, diretrizes que vão vir para ser incorporadas na nova âncora, novo arcabouço fiscal", disse.

Suellen Scariz | O SINDICALISMO E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 4.0



Os sindicatos estão historicamente associados à ideia de surgimento do direito do trabalho e da promoção de direitos sociais após a 1ª Revolução Industrial. Com a proposta de promover o equilíbrio entre o capital e o trabalho, permitiu que a legislação fosse ampliada com mais previsões acerca das relações laborais. Compreendendo-se a liberdade sindical com um direito fundamental do trabalho tanto pela normativa internacional como pela Constituição Federal brasileira.

A liberdade sindical comporta a dimensão individual, consistente no direito de organização, filiação, desfiliação e não filiação a uma associação de trabalhadores; e também a dimensão coletiva, que se traduz na ideia de autonomia e independência sindicais frente ao Estado e terceiros.

O modelo sindical brasileiro contempla a liberdade sindical com alguns resquícios do modelo corporativista vigente desde a década de 30, em especial a unicidade sindical e a regra do enquadramento por categoria, constante do art. 511 da CLT.

É um direito que alcança toda espécie de trabalho, e por isso, o modelo de liberdade sindical brasileiro passa por uma fase de ressignificação, ocasionada pela considerável expansão do uso das novas tecnologias oriundas da 4ª revolução industrial, cujo uso foi acentuado durante e após a pandemia de Covid-19.

A Indústria 4.0 é caracterizada pela predominância no uso de dados (big data), internet das coisas, inteligência artificial, robótica, uso de computação em nuvem, tecnologia blockchain e ges-

tão por algoritmos, as quais impactaram amplamente as relações de trabalho.

Nesse sentido, o aumento do teletrabalho, a massiva utilização de aplicativos de prestação dos mais diversos serviços (gig economy) pulverizaram o local de trabalho, fazendo romper o paradigma de fixação geográfica do trabalhador, essencial à concretização da noção de base territorial sindical e enquadramento sindical.

Ainda, o novo modelo de prestação de serviços, firmado na premissa de independência do trabalhador dificulta o reconhecimento, pelo próprio prestador de serviços, da ideia de pertencer a uma coletividade apta a postular a melhoria das condições de trabalho.

Destaca-se, ainda, a presença de movimento de transnacionalização sindical, consistente no compartilhamento de

experiências e dificuldades em comum entre os países, de modo a ampliar conhecimento e aprimorar a legislação protetiva de trabalhadores cujo modo de prestação de serviços não se enquadram nos padrões clássicos. Entretanto, a adoção de tal modelo encontra diversas dificuldades práticas, dentre as quais as leis nacionais, interferências estatais e patronais, bem como a competitividade intra-sindical.

Concluindo-se que o modelo de unicidade sindical rígido se encontra cada vez mais inadequado para solucionar conflitos que surgem com o avançar da tecnologia, havendo grande crise de representatividade, com a consequente necessidade de modernização das estruturas e da compreensão dos direitos e condições sociais atuais.

CRIMES

El Salvador inaugura nova prisão para 40 mil pessoas

O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, inaugurou a maior prisão do país, com capacidade para 40 mil pessoas, após registrar a maior taxa de encarceramento do mundo no ano passado. O novo centro de detenção sozinho dobra a capacidade do já congestionado sistema prisional salvadorenho.

"Ontem (quarta-feira) inauguramos o Centro de Confinamento do Terrorismo... Uma gigantesca obra realizada em apenas 7 meses e que é uma peça fundamental para ganhar por completo a guerra com as gangues", escreveu Bukele em suas redes sociais na quarta-feira, 1º, junto com um vídeo das instalações.

O complexo foi construído em uma região rural e isolada do município de Tecoluca, a 74 km da capital San Salvador. Um muro com dois quilômetros de extensão cerca a construção, que terá dez pavilhões com celas de concreto armado. De acordo com o governo, 600 soldados e 250 policiais vão vigiar o prédio.

El Salvador é um país de 6,5 milhões de pessoas no qual o número de presos está crescendo rapidamente porque o governo está em uma campanha para reprimir a violência de gangues.

Cerca de 2% de toda a população de El Salvador está presa. É o país com a maior taxa de encarcerados do mundo.

A construção mais do que dobra o número de vagas prisionais no país, que hoje conta com 20 centros de detenção, com capacidade total de 30 mil pessoas - embora mais de 97 mil salvadorenos estejam privados de liberdade, segundo o jornal La Prensa Gráfica. A cifra corresponde a 2,2% da população maior de 18 anos.

Os números fizeram a pequena nação centro-americana de 6,5 milhões de habitantes chegar, em março do ano passado, ao topo do ranking de países com maior taxa de encarceramento do mundo. Os dados são da World Prison Brief, organização sediada na Universidade Birkbeck, em Londres.

Até a inauguração desse novo presídio, na terça-feira, 1º, a maior cadeia do país era a de La Esperanza, que abriga 33 mil pessoas (apesar da capacidade ser de 10 mil).

Até 2021, havia 20 centros de detenção no país com capacidade para 30 mil pessoas - no entanto, naquele ano havia quase 36 mil presos.

O diretor do sistema de prisões de El Salvador, Osiris Luna, disse que a nova prisão foi construída em uma área de 166 hectares, e que será patrulhada por 250 policiais.

Em março de 2022, o presidente do país, Nayib Bukele, conseguiu no Congresso a aprovação de um estado de exceção no país. Dessa forma, alguns direitos constitucionais foram suspensos - a polícia passou a fazer prisões sem mandados, e o governo passou a poder acessar a comunicação das pessoas sem autorização da Justiça.

Depois disso, o número de presos explodiu: mais de 62 mil pessoas foram presas, a maioria delas suspeita de pertencer a gangues.

A medida foi uma resposta ao fim de semana mais letal de El Salvador desde 2001, quando 87 foram mortas em 72 horas.

Antes, o país, que era um dos mais violentos do mundo, registrava dias sem mortes. Há evidências de que a onda de violência explodiu devido ao fim de um pacto do atual governo com criminosos. Em maio, o jornal El Faro revelou áudios que mostravam negociações entre um membro do governo e a MS-13, uma das três principais pandillas do país. Após o estado de exceção, as taxas de homicídio voltaram a cair.

CRISE ENERGÉTICA

BCE eleva juros em 50 pontos e prevê outro ajuste em março

Banco confirmou que irá reduzir a carteira do programa de compras de ativos num ritmo de 15 bilhões de euros por mês



Christine Lagarde disse esperar que a atividade econômica na zona do euro permaneça fraca no curto prazo, embora esteja provando ser mais resistente

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu elevar suas principais taxas de juros em 50 pontos-base após concluir reunião de política monetária na quinta-feira, 2. A decisão era amplamente esperada por analistas do mercado financeiro.

Em comunicado, o BCE afirmou que pretende aumentar os juros em mais 50 pontos-base em março para, em seguida, "avaliar a trajetória subsequente de sua política monetária".

Segundo o BCE, os juros "ainda precisam subir significativamente e em ritmo consistente". Com a decisão de quinta, a taxa de refinanciamento do BCE passará de 2,50% a 3%, a de depósitos, de 2% a 2,50%, e a de empréstimos, de 2,75% a 3,25%.

O BCE também confirmou que irá reduzir a carteira do programa de compras de ativos (APP, na sigla em inglês) em ritmo de 15 bilhões de euros por mês, como já havia adiantado em dezembro.

"O declínio será de 15 bilhões de euros por mês, em média, de março até o final de junho de 2023 e seu ritmo subsequente será determinado ao longo do tempo", destacou o banco. "O Conselho do BCE reavaliará regularmente o ritmo da redução da carteira do APP para garantir que permaneça consistente com a estratégia e postura geral da política monetária, para preservar o funcionamento do mercado e para manter o controle firme sobre as condições do mercado monetário de curto prazo", completa o BCE.

Além disso, o BCE informou que a presença de mercado durante o período de reinvestimento parcial será focada em compras no mercado secundário. No entanto, emissores corporativos não bancários com melhor desempenho climático e títulos corporativos verdes continuarão a ser comprados no mercado primário.

"O Conselho do BCE decidiu uma maior orientação de emissores com melhor desempenho climático durante o período de reinvestimento parcial. Esta abordagem apoiará a descarbonização gradual de empresas, em linha com os objetivos do Acordo de Paris", conclui a instituição europeia.

RISCO ALTO

FMI: relaxamento aumenta e desafia os BCs no mundo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) destaca o fato de que, mesmo com altas de juros "agressivas" por bancos centrais ao longo do último ano, diante da inflação elevada, as condições financeiras em boa parte do mundo têm ficado mais relaxadas, o que representa um desafio para as instituições responsáveis pelas políticas monetárias. O Fundo recomenda que os bancos centrais sejam "resolutos na sua luta contra a inflação e garantam que a política monetária siga apertada o tempo suficiente para garantir que a inflação seja levada de modo duradouro de volta à meta".

As recomendações estão em texto publicado na quinta-feira, 2, no blog do FMI, de autoria de Tobias Adrian, diretor do Departamento Monetário e de Mercados de Capitais, e de Christopher Erceg e Fabio Natalucci, ambos vice-diretores no mesmo departamento.

O trio nota que a queda nos preços de energia e nos índices cheios de inflação impulsionam o otimismo de que a política monetária pode ser relaxada ainda neste ano. Isso provocou um "recoo acentuado nas taxas de juros de mais longo prazo globais e impulsionou mercados financeiros nas economias avançadas e também nos mercados emergentes".

Segundo eles, porém, investidores podem estar otimistas demais sobre o processo para a inflação retornar à meta. Os índices cheios e os núcleos da inflação seguem "muito elevados" e os BCs precisam ser decididos na

luta contra ela, a fim de garantir que a política siga apropriadamente dura o tempo suficiente para garantir que os preços retornem à meta, argumentam.

O FMI ainda menciona que há, segundo analistas, risco "significativo" de recessões em muitas economias, mas para eles, caso isso ocorra, elas seriam "leves". O trio recorda que a história mostra que a inflação elevada é muitas vezes algo persistente e precisa de ações decisivas da política monetária para reduzi-la. E também ressalta que a experiência sugere que períodos prolongados de ganhos rápidos nos preços fazem com que as expectativas de inflação fiquem mais suscetíveis a sofrer desancoragem.

Nesse contexto, defendeu que os bancos centrais "continuem a ser decididos", comunicando a necessidade de juros mais altos por mais tempo até que existam evidências de que os salários e preços de serviços retornem de modo sustentável à meta.

Formuladores de políticas, porém, devem enfrentar pressões para relaxar a política, conforme aumenta o desemprego e a inflação continua a cair. "Esses desafios podem ser particularmente agudos para economias de mercados emergentes", destacam as autoridades do FMI, mas também advertem contra um relaxamento prematuro, que geraria o risco de forte retomada na inflação assim que a atividade voltar a ganhar força, "deixando os países suscetíveis a mais choques que poderiam desancorar as expectativas de inflação".

A presidente do BCE, Christine Lagarde, disse esperar que a atividade econômica na zona do euro permaneça fraca no curto prazo, embora esteja provando ser mais resistente do que se imaginava. Ela comentou também que as restrições de oferta estão diminuindo de forma constante.

Lagarde disse ainda que as pressões de preços permanecem fortes, em parte por causa da alta dos custos de energia, mas ressaltou que os preços de energia deverão subir menos do que foi previsto em dezembro. Segundo ela, as políticas fiscais podem intensificar as pressões inflacionárias.

A dirigente previu também que medidas de governos da zona do euro para ajudar con-

sumidores e empresas a bancar suas contas de energia ajudarão a inflação a desacelerar.

O BCE elevou seus juros em 50 pontos-base, como esperado, e sinalizou um ajuste do mesmo tamanho para a reunião de março.

A presidente do Banco Central Europeu afirmou ainda que a instituição não chegará ao seu pico das taxas de juros em março. "Não diria que o processo desinflacionário já está em 'jogo'. Temos que olhar para os custos de energia porque poderão se transmitir para a inflação", destacou.

E acrescentou: "Recuperação mais forte da China pode dar impulso aos preços das commodities".

Lagarde disse também que, em todos os cenários, altas

ÁFRICA

ONU investe em sistemas alimentares sustentáveis

O Fundo Internacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento Agrícola e o Banco Africano do Desenvolvimento unem forças para resolver problemas de produtividade agrícola em África, produzindo alimentos de forma sustentável no continente.

A intenção foi formalizada num acordo que vai apoiar à Missão Pan-Africana, 1 para 200, cujo foco é aumentar a produção agrícola, dobrando os níveis de produtividade através da expansão das agrotecnologias, investindo no acesso aos mercados e promovendo pesquisa e desenvolvimento agrícola.

Ação surge num contexto em que a segurança alimentar de milhões de africanos continua a ser afetada pela subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis. A situação pode ser agravada ainda mais pelas ameaças de uma crise de dívida em alguns países.

A iniciativa conjunta quer construir sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e adaptados ao clima e reduzir a dependência de importação de alimentos, fornecendo apoio aos pequenos agricultores.

O Presidente do Fundo, Álvaro Lario, explica como a atual convergência de crises expôs as questões estruturais subjacentes que afetam a agricultura e os sistemas alimentares e disse que muitos países da África precisam encontrar soluções agora para evitar consequências mais extremas.

O Fundo da ONU considera a alta nos preços dos fertilizantes um obstáculo para a produção de alimentos em muitos países africanos e prevê que limitadas importações de grãos devido a guerra na Ucrânia e fatores ambientais acabem afetando o abastecimento de alimentos no continente.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, FMI, desde 2020, houve um aumento de 8,5% no custo de uma cesta básica de consumo alimentar em África. As altas taxas de juros e a desvalorização da moeda agravam a dívida em muitos países de baixa renda.

Cerca de 60% dos países estão em alto risco ou em sobreendividamento que expõe países a calote da dívida em meio a uma crise alimentar histórica.

O M1-200 busca atrair investimentos para impulsionar pequenas e médias empresas do setor agrícola. A iniciativa garantirá que pequenos produtores de alimentos em toda a cadeia de valor agrícola sejam incluídos e que empregos adicionais sejam criados para aqueles que precisam.

Os últimos choques econômicos e sociais induzidos pelo clima reverteram anos de ganhos em desenvolvimento e aumentaram a fome e a pobreza extrema em África, o continente com maiores taxas de fome no mundo.

Uma pessoa, em cada cinco, sofre de fome em África e 278 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar, conforme o último relatório da ONU sobre a situação deste flagelo.

Projeções indicam que o agronegócio em África produza US\$ 1 trilhão até 2030 e apresente uma boa oportunidade de negócios para os investidores.

O presidente do Fundo da ONU realça que só investindo nos pequenos agricultores se pode resolver a espiral descendente de crise pós crise.

Os investimentos estratégicos podem aumentar a produtividade agrícola, construir soberania alimentar e abrir caminho para uma distribuição e acesso mais equitativo aos alimentos.

REFORMAS

MUDANÇA

Lula promete estabelecer novo regime fiscal no Brasil

O presidente garantiu a retomada de investimento público e o estímulo ao investimento privado e se comprometeu com a geração de emprego e renda

Em mensagem presidencial de início do ano legislativo, o governo afirma que irá construir um novo regime fiscal ao País. Ao citar o avanço da reforma tributária, a mensagem destaca que novas regras fiscais terão visibilidade e credibilidade. "Vamos construir um novo regime fiscal para o Brasil. Ainda no primeiro semestre, antes mesmo da data prevista na Emenda Constitucional nº 126, de 2022, submeteremos à apreciação do Congresso Nacional novas regras fiscais que assegurem previsibilidade e credibilidade ao nosso País", anuncia a nota assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo confirma que avançará com a reforma tributária, classificada como "essencial para a retomada sustentável do crescimento". "Deverá promover uma mudança capaz de distribuir a carga tributária de maneira mais justa", declarou.

Ele acrescentou: "É de nosso máximo interesse reorganizar, o mais breve possível, a situação fiscal para que possamos voltar a investir nas brasileiras e nos brasileiros. Queremos políticas públicas mais robustas, queremos atrair investimentos privados nacionais e externos. Por isso, reafirmo o compromisso e a disposição deste presidente e da equipe do governo para dialogar com o Congresso em favor da aprovação das medidas de reorganização fiscal."

Ao citar medidas a serem tomadas pelo governo federal, a mensagem presidencial de início do ano legislativo, Lula garantiu a retomada de investimento público e o estímulo ao investimento privado. "Reconstruir o Brasil exige que estejamos comprometidos com a geração de emprego, trabalho e renda. Vamos retomar o investimento público e estimular o investimento privado para que os empregos voltem a ser gerados. Os empreendedores voltarão a contar com crédito em condições adequadas", declarou o governo via mensagem.

A mensagem afirma que o governo adotará uma nova política de valorização do salário mínimo. De acordo com a mensagem, até abril de 2023, irá elaborar uma proposta sobre o tema. "Em breve, queremos também contar com a colaboração do Congresso para a construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho."

Na esteira das medidas anunciadas, o governo cita ser urgente a retirada de 20 mil garimpeiros que atuam de forma ilegal em território indígena e disse querer contar com o Congresso para regras para o novo sistema sindical. O governo também há de avançar pelo equilíbrio entre proteção ao trabalho e empreendedorismo.

A mensagem também cita a importância de se restabelecer uma política externa soberana, "comprometida com multilateralismo". "Reassumiremos posição de defesa dos direitos humanos em fóruns internacionais", declarou.

O presidente destacou ainda a importância de diálogo entre as instituições e a defesa à democracia. De acordo com a mensagem, todos os avanços conquistados dependeram de profundo diálogo com o Congresso.



Lula: "É de nosso máximo interesse reorganizar, o mais breve possível, a situação fiscal para que possamos voltar a investir nas brasileiras e nos brasileiros"

COMPROMISSO

Congresso abre ano legislativo com discursos em defesa da democracia

O Congresso Nacional iniciou formalmente os trabalhos legislativos na quinta-feira (2), em cerimônia realizada no plenário da Câmara dos Deputados. A defesa da democracia e o combate ao extremismo deram o tom dos discursos de abertura. A solenidade foi aberta com a leitura da mensagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que prometeu diálogo com o Congresso e a busca de consensos para a reconstrução do país.

O presidente destacou as demonstrações de "compromisso com o povo brasileiro" com a aprovação da PEC da Transição para viabilizar a execução do Orçamento deste ano, e com isso, o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600; e a rápida reação ao ato golpista de 8 de janeiro, inclusive com a aprovação da intervenção na segurança do Distrito Federal.

"Reitero minha convicção de que o povo brasileiro rejeita a violência. Ele quer paz para estudar e o direito de sonhar um futuro melhor para si e para os que virão. É urgente enfrentar a fome e as desigualdades, olhando para todos, mas principalmente para os mais pobres, senão jamais conquistaremos verdadeiramente a real democracia", afirmou Lula.

A mensagem foi lida pelo 1º secretário da Mesa Diretora do Congresso, deputado Luciano Bivar (União-PE). O texto faz parte de um documento de

180 páginas, que descreve as prioridades em cada área do governo. Entre os principais pontos de atuação no Legislativo, o governo tem como prioridade a votação das medidas provisórias de reestruturação dos ministérios (MP 1154/23) e a do complemento do Bolsa Família (MP 1155/23).

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a saúde pública, o crescimento econômico e o desenvolvimento social deverão ser a prioridade do Parlamento. O congressista defendeu o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa Nacional de Imunização (PNI), além da universalização do saneamento.

Na pauta econômica, Pacheco afirmou que é necessário o retorno do crescimento e a geração de empregos. O parlamentar também afirmou que o país deve considerar o desenvolvimento sustentável aliado à responsabilidade fiscal. "O Congresso Nacional não medirá esforços para avançarmos na agenda do desenvolvimento", disse.

Pacheco destacou ainda a necessidade de pacificação da sociedade a partir da atuação harmônica das instituições. Ele lembrou os ataques de 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes e afirmou que as autoridades devem dirigir a sociedade para o caminho do respeito às divergências.

"Neste momento, assumo meu com-

prometimento com o pacto democrático com as instituições, com o diálogo, com a cooperação. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados não se omitirão em nenhum momento perante as ameaças ao processo democrático, às eleições livres e direta e à integridade e à confiabilidade das urnas eletrônicas", disse.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também defendeu que o maior desafio desta legislatura é contribuir para pacificação nacional. Lira lembrou os atos de vandalismo no dia 8 de janeiro e afirmou que as agressões à democracia não se repetirão.

"As agressões covardes à democracia explicitaram o fato de que o Poder Legislativo não se confunde com o prédio onde ele funciona. O Parlamento são os senhores e as senhoras reunidos, escolhidos pela vontade do povo brasileiro consagrada nas urnas, povo a quem devemos honrar e servir com o melhor do nosso empenho e dedicação", afirmou Lira em discurso.

Para Lira, entre as prioridades da Câmara estarão a reforma tributária e a aprovação de um novo paradigma fiscal. "Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos na arrecadação e na justiça social. O Brasil há muito clama por uma solução definitiva para esse desafio", destacou.

de defender a democracia em resposta ao terror. "O povo brasileiro rejeita a violência, quer paz."

A mensagem também dá destaque ao que chama de "gravidade do processo de desmonte do Estado e desorganização das políticas públicas nos últimos anos". Ao citar a necessidade de se enfrentar a fome e as desigualdades e uma defesa em prol de políticas de biodiversidade para tornar o País uma potência ambiental, a presidência res-

salta ser preciso "olhar com atenção especial para populações mais fragilizadas".

"Desde o início do governo estamos dialogando com parlamentares", disse, e emenda: "temos um País para reconstruir, só será possível com diferentes forças políticas".

"A busca pelo consenso no Congresso começa pelas medidas provisórias", afirmou. De acordo com a mensagem, espera-se que medidas de recuperação das contas públicas sejam aprovadas.

Leite admite que Centro precisa ser a favor de algo

O futuro do PSDB dependerá de sua capacidade de apresentar à população uma agenda própria, sem ficar refém da estratégia de se apresentar como a alternativa para os eleitores que não gostam nem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem do ex-presidente Jair Bolsonaro. A avaliação é do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que assume na quinta-feira, 2, a presidência do partido.

O encolhimento do PSDB, na visão do tucano, é uma "oportunidade" para a reflexão interna que, defende ele, precisa identificar quais segmentos da sociedade estão abertos a se engajar neste projeto. "Essa é nossa tarefa, ao longo dos próximos anos, conseguirmos gerar mobilização a favor de algo e não simplesmente contra alguém. Temos que fazer isso ao longo dos próximos anos para chegar em 2026 com consistência, força política e relevância", afirmou.

Leite, que cogitou deixar o PSDB em 2022 para se candidatar à Presidência, disse que mantém a confiança de que existe espaço para a terceira via. "Não adianta a gente apresentar o partido, o PSDB, o centro, a terceira via, sendo simplesmente 'nem Lula nem Bolsonaro'", disse. "Precisamos dizer o que a gente é, mostrar para a população o que a gente defende. E, para isso, vamos ter que promover uma discussão interna, profunda, do conteúdo, da agenda, do programa do PSDB para o País, para que a gente possa saber comunicar."

A crise de identidade do PSDB ficou exposta nas eleições de 2022, quando integrantes históricos do partido defenderam voto em Lula no segundo turno, enquanto os representantes do partido no Congresso se aproximaram do bolsonarismo. Leite, que declarou voto em Bolsonaro em 2018, mas manteve posição crítica ao ex-presidente nos últimos anos, não declarou em quem votou no ano passado.

A primeira agenda do PSDB, na visão do novo presidente da legenda, deve ser conciliar pautas hoje associadas à esquerda ou à direita. "Não acho que tenhamos de optar por ter ou responsabilidade fiscal, com reformas que reduzam a despesa, para que o estado seja mais enxuto, que privatize, que tenha melhor performance ou então que o Estado seja sensível e indutor de políticas sociais, promoção e inclusão social. Tem que ser as duas coisas", afirmou. Ele também defende que a sigla una, a isso, as bandeiras da sustentabilidade e do respeito à diversidade.

Nas eleições para a presidência do Senado realizadas na quarta-feira, 1º, parlamentares tucanos apoiaram a candidatura de Rogério Marinho (PL), candidato do bolsonarismo que saiu derrotado. Leite lamentou que o partido não tenha discutido nacionalmente a questão como "estratégia de posicionamento" e minimizou o apoio dos tucanos a Marinho.

Os votos, segundo ele, tiveram "caráter eminentemente interno muito mais do que por qualquer tipo de terceiro turno, como estão tentando traduzir", disse Leite, que também ataques, no discurso político, ao Supremo Tribunal Federal - uma das plataformas da oposição no Senado.

O tucano faz críticas à condução da política econômica de Lula, mas comemora o fato de o debate ter "voltado para a arena da política".

DENÚNCIA

Marcos do Val diz que Bolsonaro pressionou por golpe de Estado

Senador admite que participou de reunião com Bolsonaro para induzir Moraes a "reconhecer" que ultrapassou as quatro linhas da Constituição com o ex-presidente

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) disse, na quinta-feira (2), que participou de uma reunião com o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-deputado Daniel Silveira, que tinha como objetivo induzir o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, a "reconhecer" que ultrapassou as quatro linhas da Constituição com o ex-presidente da República.

A missão, segundo o parlamentar, foi passada em dezembro pelo ex-deputado Daniel Silveira, que marcou e conduziu todo o encontro. O senador acrescentou que Silveira pediu que a reunião com Moraes fosse gravada. O áudio, segundo teria planejado o ex-deputado, seria vazado de modo que parecesse legal. O parlamentar disse ainda que o presidente Jair Bolsonaro permaneceu o tempo todo calado e que ninguém mais participou da conversa.

Do Val disse que como nunca havia sido chamado para nenhum encontro com Jair Bolsonaro, procurou Moraes a quem falou sobre o convite para a reunião e pediu orientações sobre se deveria ou não ir. Na versão do parlamentar, o magistrado o aconselhou a ir ao encontro e ouvir o que o deputado e o presidente queriam.

O parlamentar disse que para que ele não fosse identificado, Silveira marcou um ponto de encontro onde o senador passou para um carro descharacterizado rumo à Granja do Torto, onde teria ocorrido o encontro. Disse ainda que prontamente rechaçou a ideia, mas depois, diante da insistência de Daniel Silveira, para sair da situação, disse que ia "pensar". Alguns dias depois o senador retornou o contato com o ex-deputado, afirmando que não poderia cumprir a missão.

As declarações de Marcos do Val vieram horas depois de ele ter feito uma live nas redes sociais na qual disse ter sido pressionado pelo então presidente da República Jair Bolsonaro a participar de um plano para dar um golpe de Estado. "Vocês esperem. Eu vou soltar uma bomba aqui para vocês: sexta-feira, vai sair na revista Veja, a tentativa do Bolsonaro, que me coagiu para que eu pudesse dar um golpe de Estado junto com ele. Só para vocês terem ideia. É lógico que eu denunciei", disse o senador na transmissão.

Na manhã de quinta-feira, Do Val voltou atrás na declaração sobre o ex-presidente e



Marcos do Val: "Daniel Silveira pediu que a reunião com Alexandre de Moraes fosse gravada. O áudio seria vazado de modo que parecesse legal"

DESRESPEITO

Daniel Silveira é preso, após descumprir medidas cautelares

O ex-deputado federal Daniel Silveira foi preso na manhã de quinta-feira (2) em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, após descumprir medidas cautelares, como a proibição do uso de redes sociais e a obrigatoriedade do uso de tornozeleira eletrônica determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O mandado de prisão também foi emitido pelo STF e fontes da Polícia Federal afirmaram que havia uma quantia volumosa de dinheiro na casa de Silveira no momento em que ele foi detido.

O ex-parlamentar perdeu o foro privilegiado na quarta-feira, dia 1º, após não ter conseguido se eleger para o Senado nas eleições de outubro do ano passado.

Ao mandar prender novamente o

ex-deputado, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que o bolsonarista trata com "completo desrespeito" e "deboche" as ordens judiciais que pesam contra ele.

A decisão cita o descumprimento "reiterado" de medidas cautelares impostas pelo STF, como o uso de tornozeleira eletrônica, a proibição de usar redes sociais e de conceder entrevistas sem autorização judicial. Moraes também disse que as multas, que já somam R\$ 4,3 milhões, já não eram mais suficientes para coibir o comportamento do ex-deputado.

"As condutas do réu, que insiste em desrespeitar as medidas cautelares impostas nestes autos e referendadas pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, reve-

lam o seu completo desprezo pelo Poder Judiciário, comportamento verificado em diversas ocasiões durante o trâmite desta ação penal", escreveu o ministro.

Além da ordem de prisão, Moraes também determinou buscas em endereços residenciais e profissionais do ex-deputado. A Polícia Federal foi autorizada a apreender armas, munições, computadores, tablets, celulares e outros dispositivos eletrônicos, passaporte, e outros materiais relacionados ao caso.

Daniel Silveira foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão por ataques antidemocráticos, mas a pena foi perdoadada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). O Tribunal julgará a validade do perdão presidencial e, até segunda ordem, as medidas cautelares impostas ao ex-deputado foram mantidas pelos ministros. A defesa dele, no entanto, alega que o indulto tem efeito imediato e que Silveira não deveria ser submetido a restrições no processo.

repetiu várias vezes que Bolsonaro se manteve calado o tempo todo no encontro. Outro recuo de Do Val foi sobre seu futuro parlamentar. Durante essa madrugada ele chegou a dizer que sairia da vida política, mas na quinta disse recebeu muito apoio de colegas de vários partidos e sinalizou que deve continuar no mandato até 2026.

Durante sessão na manhã de quinta no plenário do Senado o senador Flávio Bolsonaro (PL-

RJ), disse que a denúncia de do Val não configura "nenhuma espécie de crime". "Eu peço aqui, obviamente, que todos os esclarecimentos sejam feitos e eu não peço aqui nem abertura de inquérito, porque a situação narrada não configura nenhum tipo de crime. Mas que todos os esclarecimentos sejam feitos para que não fiquem narrativas em cima de narrativas no intuito de superar os fatos. Fato é que dia 31 de dezembro o presidente Bolsonaro deixou

a presidência", disse.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal (PF) a tomar o depoimento do senador Marcos do Val (Podemos-ES) na investigação sobre os atos golpistas que aconteceram em Brasília no dia 8 de janeiro.

Ao pedir autorização para marcar o interrogatório, o delegado Raphael Soares Astini disse que o senador "recentemente divulgou

em suas redes sociais possuir informações relevantes" para a investigação. Marcos do Val acusou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de tentar articular um golpe de Estado.

Em despacho na quinta-feira, 2, Moraes disse que a "circunstância deve ser esclarecida". O ministro também sinalizou que a "intenção golpista" pode ser enquadrada como crime de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

giado que Alcolumbre presidiu nos últimos dois anos.

O PL enfrentou crise interna e traições durante a eleição para a presidência do Senado. Romário (PL-RJ) anunciou voto em Rodrigo Pacheco. O presidente do partido, Valdemar Costa Neto, realizou uma "intervenção" no gabinete do senador durante a sessão de quarta-feira, 1, e ordenou que ele votasse em Rogério Marinho. O grupo, no entanto, calcula que o senador acabou mantendo o voto em Pacheco, olhando o placar da eleição.

O comando das comissões deve ser definido em março. O grupo de Pacheco se articula para presidir a CCJ com Davi Alcolumbre, a Comissão de Assuntos Econômicos com Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e a Comissão de Relações Exteriores (CRE) com Renan Calheiros (MDB-AL).

INDICAÇÕES

Senadores elegem com 66 votos Mesa Diretora

Com 66 votos "sim", 12 "não" e duas abstenções, um dia após a recondução de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), à presidência do Senado, na quinta-feira (2), foi eleita a nova Mesa Diretora da Casa. A formação da Mesa considera a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, mas por acordo, a bancada do PT abriu mão da disputa pela 1ª vice-presidência da Casa que continuará com o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Com a desistência de Wilder Moraes (PL-GO), o senador Rodrigo Cunha (União-AL) garantiu a vaga da 2ª vice-presidência, a qual classificou como uma candidatura "de consenso". É papel dos vice-presidentes substituir, nessa ordem, o presidente nas suas faltas ou impedimentos, assumindo as mesmas atribuições definidas à Presidência do Senado, como convocar e presidir as sessões da Casa.

Rogério Carvalho (PT-SE), que ocupava o cargo de 3º secretário, assume a 1ª secretaria, responsável pela condução administrativa do Senado. Compete ao 1º secretário rubricar a listagem especial com o resultado de votação promovida por meio do sistema eletrônico, fazer a leitura em Plenário da correspondência oficial recebida pelo Senado e de todos os documentos que façam parte do expediente da sessão. Além disso, ele assina e recebe a correspondência do Senado e é responsável pela supervisão das atividades administrativas da Casa, entre outras competências.

A 2ª secretaria ficou a cargo do senador Weverton (PDT-MA), que até então estava à frente da 4ª secretaria. Caberá a ele lavar as atas das sessões secretas, proceder à leitura delas e assiná-las depois do primeiro secretário. Chico Rodrigues (PSB-RR) e Styvenson Valentim (Podemos-RN) ficaram com as 3ª e 4ª secretarias, respectivamente. Eles serão responsáveis por fazer a chamada dos senadores, nos casos previstos no regimento, contar votos e auxiliar o presidente da Casa na apuração de eleições.

Não foram votadas as indicações para as suplências dos secretários. Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, oportunamente marcará sessão para essa deliberação. Os membros da Mesa integram a Comissão Diretora, encarregada da organização e do funcionamento da Casa e da redação final de todas as proposições que são aprovadas pelos senadores.

Durante a sessão a procuradora especial da mulher do Senado, Leila Barros (PDT-DF) criticou o fato de mais uma vez não haver uma mulher na Mesa do Senado, mesmo diante de uma bancada feminina de 15 parlamentares na Casa.

"Venho reiterar aqui a ausência de uma figura feminina na Mesa do Senado Federal. Peço apenas a reflexão de todos os senadores, dos líderes dos partidos, porque sei que são os ritos da Casa, mas ainda seguimos com uma grande dificuldade de entendimento desta Casa quanto à participação das mulheres dentro dos processos de decisão aqui. Estamos no século 21, e não é mais possível que toda vez que se tem um processo nesta Casa uma senadora tenha de se levantar e dizer presente. Nós existimos!", afirmou apoiada por outras senadoras.

Diante das críticas, Pacheco prometeu dar a uma mulher a presidência da Comissão Permanente de Defesa da Democracia, que deverá ser criada na Casa.

ELEIÇÃO

Grupo de Pacheco fica com todos os cargos de comando no Senado

O grupo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ficou com todos os cargos de direção da Casa, em eleição realizada na quinta-feira, 2, e isolou o bloco do senador Rogério Marinho (PL-RN), derrotado na disputa para a presidência do Senado.

O resultado reforça o domínio da cúpula atual e a articulação do senador Davi Alcolumbre (União-AP), padrinho do presidente do Senado e principal cabo eleitoral da eleição. Alcolumbre é criticado por adversários e colegas do próprio partido por concentrar poderes e até

criar um "governo paralelo" em seu gabinete, dizendo quem fica com cargos, quem assume as comissões e quem leva as verbas do governo federal.

O grupo de Rogério Marinho teme ficar isolado após a derrota. Há dois anos, o PL e o ex-presidente Jair Bolsonaro apoiaram a eleição de Pacheco e ficaram com um cargo na Mesa do Senado, agora dominada pelo grupo que apoiou a reeleição do senador do PSD. Pacheco foi eleito com 48 votos na noite de quarta-feira, 1, contra 32 de Rogério Marinho. Além disso, o PL havia ficado com a maior ban-

cada do Senado após as eleições de outro, mas o PSD filiou novos integrantes e ficou com a liderança, somando 15 senadores. O PL tem 13.

Os demais cargos foram escolhidos em uma votação única, com 66 votos favoráveis, 12 contrários e duas abstenções, em uma votação secreta. A composição ficou a seguinte: primeiro vice-presidente - Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB); segundo vice-presidente - Rodrigo Cunha (União-AL), primeiro secretário - Rogério Carvalho (PT-SE), segundo secretário - Weverton Rocha (PDT-

CENÁRIO TRANSFORMADO

Rio ganhará parque público na área que abrigou os Jogos Olímpicos

A Via Olímpica vai receber mais 900 árvores e 16 mil arbustos, novas quadras esportivas e praças, reforma do skate park, praça molhada e pisos coloridos e haverá ainda novos mobiliários urbanos

O prefeito Eduardo Paes e a ministra do Esporte, Ana Moser, visitaram, na quinta-feira (02/02), o começo das obras da Via Olímpica, mais um projeto do legado do Parque Olímpico da Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio. A rota que conecta todas as principais áreas do parque, como as arenas, os terraços e o "Live Site", esplanada destinada a eventos em frente à Lagoa de Jacarepaguá, vai ganhar novos elementos de paisagem, brinquedos infantis, aparelhos de ginástica, quadras esportivas e novo mobiliário urbano.

"Estamos dando sequência, nos últimos dois anos, aquilo que foi prometido como legado olímpico. A Via Olímpica, conhecida de todos os cariocas por causa dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e do Rock in Rio, está virando um grande parque urbano. Em mais um ano, teremos este cenário aqui completamente transformado e o legado prometido das Olimpíadas totalmente entregue", disse o prefeito Eduardo Paes.

O plano de legado deveria ter sido posto em prática a partir de 2017, mas só começou a ser executado em 2021. Conforme previsto no projeto inicial da Prefeitura, o espaço por onde passaram atletas e torcedores, uma área de 36 mil metros quadrados, vai ser transformado em um parque público natural.

A Via Olímpica vai receber mais 900 árvores e 16 mil arbustos, novas quadras esportivas e praças, reforma do skate park, praça molhada e pisos coloridos. Haverá ainda novos mobiliários urbanos, como 465 mesas e cadeiras, 27 brinquedos infantis, 14 aparelhos de ginástica e 14 bicicletários. A Prefeitura vai investir R\$ 36 milhões na Via Olímpica, que tem previsão de ser inaugurada em março de 2024.

"A cidade do Rio de Janeiro tem tudo a ver com esportes. Nós temos a missão de fazer o melhor possível nesse espaço nobre do esporte brasileiro. É um desafio, mas com criatividade e apoio vamos fazer avançar isso aqui, deixando um legado muito mais integrado à vida da cidade", declarou a ministra do Esporte, Ana Moser.

No ano passado, a Prefeitura iniciou as obras de transformação da Arena Carioca 3, que abrigou as competições de taekwondo e esgrima, nas Olimpíadas e judô, nas Paralimpíadas. O espaço vai receber o Ginásio Educacional Olímpico Isabel Salgado (GEO), escola em tempo integral que atenderá cerca de 900 alunos, a partir do início do ano letivo de 2024.

A desmontagem da Arena do Futuro começou em março de 2022 e possibilitou a construção de quatro escolas, situadas nos bairros de Bangu, Campo Grande, Rio das Pedras e Santa



O espaço por onde passaram atletas, uma área de 36 mil metros quadrados, vai ser transformado em um parque público

Cruz, com um investimento de R\$ 33,4 milhões. As quatro unidades de ensino vão receber cerca de 1.700 alunos.

Com a reutilização do material, a previsão é que a Prefeitura tenha uma economia de até 20% na construção das novas escolas, que serão Ginásios Experimentais Tecnológicos (GETs), um novo modelo de ensino que, por meio da abordagem STEAM

(Science, Technology, Engineering, Art and Math), desenvolve uma aprendizagem baseada em projetos, atividades mão na massa e recursos que promovam a cultura digital. Cada GET será formado por dez salas de aula, uma de leitura, um laboratório, quadra poliesportiva e áreas administrativas.

A cobertura da Arena do Futuro, assim como parte de

sua estrutura metálica, foi doada para a Associação Atlético Portuguesa, clube da Ilha do Governador. Com o material recebido, o estádio Luso-Brasileiro terá sua capacidade ampliada de cinco mil para 15 mil torcedores, o que o tornará apto a receber partidas dos principais campeonatos de futebol. Já a escola de samba Lins Imperial recebeu a doação de isolantes acústicos para corri-

gir problemas de vazamento de som em sua sede.

Parte das estruturas da instalação do Estádio Aquático Olímpico, que recebeu as provas de natação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foi doada para o Bangu Atlético Clube e para a escola de samba Lins Imperial. O clube da Zona Oeste recebeu materiais que vão permitir fazer a cobertura da arquibancada, da área de transmissão, do estacionamento e das áreas de acesso aos banheiros e vestiários do Estádio Moça Bonita. O Bangu ainda irá revitalizar as coberturas do estacionamento e das arquibancadas da quadra e o telhado do salão nobre de sua sede social.

A estrutura metálica da galeria técnica do Centro Internacional de Transmissão (IBC), utilizado pela imprensa no Parque Olímpico durante os Jogos Rio 2016, está sendo reaproveitada no Terminal Intermodal Gentileza (TIG), que será erguido na região do Gasômetro, próximo à Rodoviária Novo Rio.

"Tudo o que tinha sido combinado sobre o legado olímpico está sendo feito. Esta obra aqui vai ser muito importante. Ela vai movimentar cada vez mais este espaço, que já é bem frequentado. Agora, com essa arborização toda e a criação de um espaço de lazer, vai estar mais apto para a população curtir o seu lazer", afirmou o secretário municipal de Esportes, Guilherme Schleder.

PREVENÇÃO

Mortalidade prematura por câncer deve registrar queda até 2030 no País

A mortalidade prematura por câncer no Brasil deverá diminuir no período de 2026/2030. A projeção foi feita por pesquisadores do Instituto Nacional de Câncer (Inca), em comparação à mortalidade prematura observada entre 2011 e 2015, para a faixa etária de 30 a 69 anos de idade, com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Mortalidade (SIM). Apesar disso, a redução prevista ficará ainda distante da Meta 3.4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabeleceu até 2030 diminuição do risco de morte prematura de um terço para doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), que incluem os diversos tipos de câncer.

A pesquisadora Marianna Cancela, da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Inca (Conprev), informou que, para certos tipos de câncer, há previsão de aumento e, para outros, de queda. Para 2026/2030, a previsão é de uma redução nacional de 12% na taxa de mortalidade padronizada por idade por câncer prematuro entre os homens e uma queda menor, de 4,6%, entre as mulheres. Em termos regionais, há uma variação de 2,8% entre as mulheres, na Região Norte, a 14,7% entre os homens, na Região Sul. As previsões foram calculadas usando o software Nordpred, desenvolvido pelo Registro de Câncer da Noruega,

e amplamente utilizado para fazer previsões de longo prazo sobre a incidência e mortalidade por câncer.

Marianna explicou que, quando se fala em número de casos, todos os tipos de câncer terão aumento no período compreendido entre 2026 e 2030 por duas razões. A primeira envolve o aumento da população e mudança na estrutura populacional, com o envelhecimento de boa parcela dos brasileiros, para quem a maioria das DCNTs são mais prevalentes; a segunda razão é o aumento dos fatores de risco.

De acordo com o artigo do Inca Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Câncer Podem Ser Cumpridos no Brasil?, publicado na revista científica Frontiers in Oncology no último dia 10 de janeiro, as DCNTs responderam por 15 milhões de mortes prematuras na faixa de 30 a 69 anos, em todo o mundo, em 2016, sendo que mais de 85% dessas mortes ocorreram em países de baixa e média renda. O câncer foi responsável por 9 milhões de mortes anualmente, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares (17,9 milhões de mortes/ano), considerada a principal causa de morte por DCNT no mundo. A perspectiva é que as DCNTs continuem a aumentar em países de baixa e média renda, contribuindo para perdas econômicas associadas a mortes prematuras da ordem

de US\$ 7 trilhões nesses países, nos próximos 15 anos.

De acordo com o estudo do Inca, o câncer de intestino, ou colorretal, é o que deverá apresentar maior aumento de risco de óbitos prematuros para homens e mulheres até 2030, no Brasil, de cerca de 10%. Por regiões, o Norte do país deve mostrar o maior aumento (52%) entre os homens, seguido pelo Nordeste (37%), Centro-Oeste (19,3%), Sul (13,2%) e Sudeste (4,5%). Segundo Marianna Cancela, a incidência mais alta "é consequência da chamada ocidentalização, dos hábitos de vida, maior obesidade, sedentarismo, a questão da alimentação, com preferência por consumir produtos industrializados". Nas regiões onde a incidência está mais baixa atualmente, é previsto um aumento maior. Entre as mulheres, o Nordeste lidera, com projeção de expansão de 38%, seguido por Sudeste (7,3%), Norte (2,8%), Centro-Oeste (2,4%) e Sul (0,8%).

O câncer de intestino é o segundo tipo mais incidente no país, ficando atrás do de próstata entre os homens, e do de mama, entre as mulheres. O Inca estima que, em cada ano do triênio 2023/2025, serão diagnosticados cerca de 46 mil casos novos de câncer colorretal, correspondendo a cerca de 10% do total de tumores diagnosticados no Brasil, à exceção do câncer de pele não melanoma.

Marianna Cancela informou que o câncer de pulmão entre os homens foi o que apresentou maior projeção de queda, próximo de 30%, evidenciando a efetividade de todas as políticas contra o tabagismo implementadas desde a década de 1980. Para as mulheres, a projeção é de aumento de probabilidade de morte prematura de 1,1%.

No câncer de colo de útero, observou-se queda na mortalidade prematura em todas as regiões. "Só que, mesmo com essa queda, a taxa de mortalidade prematura na Região Norte continua sendo extremamente elevada, na comparação aos outros lugares e à média nacional". No Norte do Brasil, a mortalidade prematura era mais alta do país entre 2011/2015: 28 mortes por 100 mil pessoas, contra média nacional de 16 óbitos por 100 mil.

A projeção para 2026/2030 na Região Norte é de 24 mortes por 100 mil, enquanto a média brasileira fica em 11 óbitos por 100 mil. "Mesmo com essa queda, continua sendo muito elevada", avalia Marianna. A pesquisadora destacou, que além de ser uma região complicada em termos de logística, existe no Norte brasileiro um vazio assistencial. "Para certos tipos de câncer, a gente vê exatamente isso que, mesmo com queda, o número continua extremamente alto."

Em relação ao câncer de

mama, as projeções para até 2030 são de queda no Sudeste, certa estabilidade no Brasil e na Região Sul e aumento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Marianna esclareceu que, nesse tipo de câncer, há fatores hormonais que tornam complicado evitar a doença. A diminuição do número de filhos por mulher e o fato de uma mulher não ter tido filhos aumentam o risco de câncer de mama. "A amamentação é um fator protetor". Tal como acontece com o câncer colorretal, aumentam o risco de câncer de mama a questão da alimentação, o sedentarismo e o consumo de álcool. Outro fator que aumenta o risco é o fato de as mulheres ficarem grávidas mais velhas, adiando a maternidade. "Tudo isso acaba resultando em aumento do risco."

Sobre o câncer de estômago, apesar de ser projetada queda, a mortalidade prematura continua alta na Região Norte. É um câncer de origem infecciosa, que acomete mais homens que mulheres. "A gente tem aí uma mistura de câncer de países em desenvolvimento com câncer de países desenvolvidos que resulta nessa dupla carga de doença". Entre 2011/2015, a mortalidade prematura de câncer de estômago no Brasil estava em 20 óbitos por 100 mil pessoas. No Norte, eram 21 mortes por 100 mil, no Sudeste, 23; e no Sul, 24. "Só que a queda [projetada] nas outras regiões foi muito mais

acentuada". A Região Norte tem queda prevista até 2030 para 19 óbitos por 100 mil habitantes; Sudeste e Sul, para 13 casos, cada, e Brasil, para 12. Ou seja, a queda é mais acentuada nas regiões mais ricas do país, constatou o estudo.

O câncer respondeu, em 2019, por 232.040 óbitos no Brasil, em todas as idades. Na faixa de 30 a 69 anos, foram 121.264 mortes. "No geral, a gente tem visto uma leve queda", disse a pesquisadora. Entre 2011/2015, eram 145,8 casos por 100 mil entre homens e 118,3 casos por 100 mil entre mulheres. Para 2026/2030, a projeção é de 127,1 óbitos por 100 mil entre homens (queda de 14,8%), e 113 casos entre mulheres, por 100 mil (-4,7%). Isso foi observado em todas as regiões, exceto no Norte, onde se prevê um ligeiro aumento (1,3% nos homens e 3,5% nas mulheres). Marianna reiterou que, mesmo com essa queda, vai ter aumento de casos porque acaba acompanhando o envelhecimento populacional.

O artigo do Inca conclui que há necessidade de políticas públicas, especialmente para prevenção do câncer, de maneira multissetorial. "Tem que ter um acesso mais eficaz a todas as fases de controle do câncer: prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, para poder garantir que tenha uma diminuição", destacou a pesquisadora.

Ela ponderou, que tal como ocorreu em relação ao câncer de pulmão, os esforços têm que ser contínuos e de longo prazo, porque o câncer é uma doença que tem uma latência longa, ou seja, precisa de anos de exposição para se desenvolver. Por isso, precisa de políticas de prevenção junto à população durante anos, para que possa haver queda nos números.

SINAF Previdencial Cia. de Seguros
CNPJ nº 44.019.198/0001-20 - NIRE 33300270256

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 14 de abril de 2022, lavrada na forma sumária: **1. Data, hora e local:** 14 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social, na Rua da Glória, 122, salas 701 e 702, Glória, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.241-180. **2. Presença:** Fração superior a 97% dos acionistas titulares do Capital Social com direito a voto e fração superior a 65% de acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, o Diretor Presidente, Sr. **Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão**; Diretora Técnica, Sr.ª **Celina Maria Lins** e Diretor Administrativo Financeiro, Sr. **Marcelo Domingues Salustiano**. **3. Representação:** A SINAF Participações S.A., CNPJ/MF nº 12.315.814/0001-02, acionista presente é representada por sua procuradora Rosângela Lourenço dos Santos, constituída há menos de 01 (um) ano. **4. Instalação e Composição de Mesa:** Marcelo Domingues Salustiano, Presidente e Rosângela Lourenço dos Santos, Secretária. **5. Publicações:** Edital de convocação para realização da Assembleia Geral Extraordinária, marcada para o dia 14 de abril de 2022, publicado nas folhas 2, 15 e 4, respectivamente, das edições dos dias 5, 6 e 7 de abril de 2022 no Jornal Diário Comercial, veículo de circulação no Estado do Rio de Janeiro, em sua forma digital e no mesmo dia, no mesmo veículo, em sua forma impressa, no Segundo caderno - Publicidade Legal nas folhas B4, B1 e B1, respectivamente. **6. Ordem do dia:** Alteração dos estatutos sociais para criar o cargo de Diretor de Controles Internos e as atribuições de todos os membros da Diretoria em atendimento ao que prevê a Resolução CNSP nº 416/2021. **7. Deliberações:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 416/2021, é aprovado pelos Acionistas o novo quadro de Diretores da Companhia para incluir o cargo de Diretor de Controles Internos, assim como as atribuições do novo Diretor e dos demais membros da Diretoria. **7.1.** Em razão das deliberações aprovadas acima é alterado, neste ato, os artigos 12, 13 e 18 dos Estatutos Sociais: **“Artigo 12 - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 8 (oito) membros, acionistas ou não, sendo designados Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Técnico, Diretor de Controles Internos, e os demais diretores, sem qualquer designação específica. § Primeiro - Poderão ser nomeados para os cargos de Diretores pessoas naturais residentes no País. Aos membros da Diretoria é vedado, sob pena de perda do mandato, desempenhar funções estranhas às atividades da sociedade que, a juízo da Assembleia Geral, conflitem com os interesses da sociedade. § Segundo - O número de diretores será fixado pelo Diretor Presidente, caso em que o Diretor Vice-Presidente acumulará suas funções. Artigo 13 - Nos casos de impedimento ou faltas ocasionais do Diretor Presidente, será ele substituído pelo Diretor Vice-Presidente, que atuará sem prejuízo de suas demais atribuições; e na falta ou impedimento do Diretor Vice-Presidente ou Administrativo Financeiro ou Diretor Técnico ou Diretor de Controles Internos serão eles substituídos, por qualquer diretor eleito sem designação específica.”** **Artigo 18 - Observado o disposto no artigo anterior, cada um dos membros da Diretoria é investido de poderes para representar a sociedade e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: I - Ao Diretor Presidente: a) manter a coordenação entre a Diretoria e Assembleia Geral; b) a direção geral da sociedade; c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, votando e tendo voto de qualidade em caso de empate; d) dirigir a elaboração do planejamento geral da sociedade e as relações externas; e) cumprir e fazer cumprir fielmente o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as normas legais em vigor; f) representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citações iniciais e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado constituir procurador especial para essas duas últimas hipóteses; g) a responsabilidade pelo cumprimento da Lei 9.613/98; II - Ao Diretor Vice-Presidente: a) substituir o Diretor Presidente nos casos de falta ou impedimento do Diretor Presidente; b) o exercício da Presidência quando não for eleito o Diretor Presidente pela Assembleia Geral; III - Ao Diretor Administrativo Financeiro: a) a responsabilidade administrativa e financeira da sociedade, cabendo-lhe a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetos sociais; b) a responsabilidade pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) substituir o Diretor Técnico em suas faltas e impedimentos; IV - Ao Diretor Técnico: a) a responsabilidade pelas Relações com a SUSEP, cabendo-lhe responder pelo relacionamento com a Autarquia; b) a responsabilidade pelas atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundo; c) a responsabilidade pelo registro de apólices e endossos emitidos e cosseguros aceitos; V - Ao Diretor de Controles Internos: a) orientar e supervisionar: i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, na forma da legislação em vigor; e ii) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos; b) prover as Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, na forma da legislação em vigor; e c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: i) riscos novos ou emergentes; ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; iii) ações relativas à gestão de riscos; e iv) deficiências relativas ao Sistema de Controles Internos e à Estrutura de Gestão de Riscos e seu respectivo saneamento. VI - Aos Diretores sem designação específica caberá atuação nas áreas designadas pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo-lhes ainda substituir o Diretor com designação específica nas suas faltas e impedimentos, desde que suas atribuições não conflitem com o que prescreve a legislação.”** **8. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, não tendo nenhum acionista requerido o seu funcionamento. **9. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta Ata. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2022. **MESA: Marcelo Domingues Salustiano** - Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos** - Secretária. **ADMINISTRADORES: Pedro Cláudio de M. Bocayuva Bulcão** - Diretor Presidente; **Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão** - Diretora Vice-Presidente; **Celina Maria Lins** - Diretora Técnica; **Marcelo Domingues Salustiano** - Diretor Administrativo Financeiro. **ACIONISTA: SINAF Participações S.A., Rosângela Lourenço dos Santos, OAB/RJ nº 121.530** - Procuradora. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Marcelo Domingues Salustiano** - Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos** - Secretária. **Estatuto Social. CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social. Artigo 1º - A SINAF Previdencial Cia. de Seguros** é uma sociedade seguradora do ramo de seguros de pessoas, que se regerá pelo presente estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **§ Primeiro -** A sociedade terá sua área de atuação no Estado do Rio de Janeiro. **§ Segundo -** A critério da Diretoria, poderá a sociedade abrir ou extinguir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte dos Estados previstos no parágrafo primeiro deste artigo, respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º -** A sociedade tem por objeto social operar em seguros de pessoas, assim como em planos de pecúlio e rendas de previdência privada aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **Artigo 4º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações. Artigo 5º -** O capital social é de R\$ 33.808.022,66 (trinta e três milhões, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos) representado por 1.779.369.614 (um bilhão, setecentos e setenta e nove milhões, trezentos e sessenta e nove mil e seiscentos e quatorze) ações nominativas, no valor de R\$ 19,00 (dezenove reais) por mil ações, sendo 1.615.451.529 (um bilhão, seiscentos e quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias e 163.918.085 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e dezoito mil e oitenta e cinco) ações preferenciais, inconvertíveis de uma espécie em outra. **§ Primeiro -** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ Segundo -** A ação é indivisível em relação à Sociedade, sendo certo que, quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ Terceiro -** A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações, cautelais e/ou certificados de ações, os quais, da mesma forma que as ações, serão sempre assinados por dois Diretores. **CAPÍTULO III - Da Assembleia Geral. Artigo 6º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos três meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, obedecidas as prescrições legais. **Artigo 7º -** A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por aquele que o substituir, e será dirigida por um Presidente escolhido pelos acionistas, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 8º -** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seus representantes legais, ou por procurador, desde que o instrumento de mandato tenha sido depositado na sede social até 72 (setenta e duas) horas antes da data de sua realização. **Artigo 9º -** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um quarto do capital social com direito a voto; em segunda convocação com qualquer número. **CAPÍTULO IV - Da Administração. Artigo 10º -** A administração da sociedade compete à Diretoria. **Artigo 11 -** O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos, admitida a reeleição, dispensados os Diretores da prestação de garantia da gestão. **Parágrafo Único -** Os membros da Diretoria terão remuneração mensal, que será fixada anualmente pela Assembleia Geral, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais. **Da Diretoria. Artigo 12 -** A Diretoria será composta de 2 (dois) a 8 (oito) membros, acionistas ou não, sendo designados Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo

Financeiro, Diretor Técnico, Diretor de Controles Internos, e os demais diretores, sem qualquer designação específica. **§ Primeiro -** Poderão ser nomeados para os cargos de Diretores pessoas naturais residentes no País. Aos membros da Diretoria é vedado, sob pena de perda do mandato, desempenhar funções estranhas às atividades da sociedade que, a juízo da Assembleia Geral, conflitem com os interesses da sociedade. **§ Segundo -** O número de diretores será fixado pela Assembleia Geral, que, inclusive, poderá não eleger o Diretor Presidente, caso em que o Diretor Vice-Presidente acumulará suas funções. **Artigo 13 -** Nos casos de impedimento ou faltas ocasionais do Diretor Presidente, será ele substituído pelo Diretor Vice-Presidente, que atuará sem prejuízo de suas demais atribuições; e na falta ou impedimento do Diretor Vice-Presidente ou Administrativo Financeiro ou Diretor Técnico ou Diretor de Controles Internos serão eles substituídos, por qualquer diretor eleito sem designação específica. **Artigo 14 -** Em caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral proverá o cargo, vago, e o substituído eleito exercerá o mandato pelo prazo que caberia ao substituído. **Artigo 15 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, e somente deliberará com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo Único -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão; no caso de empate, o Diretor Presidente, ou aquele que o substituir, usará o voto de qualidade. **Artigo 16 -** Compete à Diretoria: a) executar os planos e programas aprovados pela Assembleia Geral; b) executar a política de produção, técnica, administrativa e financeira; c) admitir ou demitir funcionários e representantes, fixando-lhes a remuneração; d) elaborar e acompanhar o orçamento da sociedade; e) deliberar sobre a instalação ou extinção de filiais, agências, sucursais, escritórios e representações da sociedade; f) elaborar o relatório anual e as demonstrações financeiras da sociedade e a proposta de distribuição de lucros líquidos do exercício, para o fim de serem submetidos à Assembleia Geral; g) além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica, também, investida de todos os poderes para a contratação de empréstimos em instituições financeiras, podendo para tanto dar em garantia bens imóveis, móveis e semoventes, mediante hipotecas ou outras garantias reais; adquirir, onerar e alienar bens móveis e imóveis. **Parágrafo Único -** São de responsabilidade da diretoria da sociedade: I - definir as atividades e os níveis de controle para todos os negócios; II - estabelecer os objetivos dos mecanismos de controle e seus procedimentos; III - verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos procedimentos definidos; IV - avaliar continuamente os diversos tipos de riscos associados às atividades da sociedade; V - acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente; VI - implantar política de prevenção contra fraudes; e VII - implantar política de subscrição de risco. **Artigo 17 -** A sociedade considerará-se obrigada quando representada: a) Conjuntamente por dois diretores; b) Conjuntamente por 1 (hum) Diretor e 1 (hum) procurador, na extensão dos poderes que houverem sido outorgados; c) 2 (dois) procuradores, conjuntamente, na extensão dos poderes que houverem sido outorgados; **§ Primeiro -** Será necessária a assinatura do Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor, quando o ato importar em: a) Alienação, aquisição e gravame de bens imóveis; b) Prestação de garantias em favor de terceiros no interesse da sociedade; c) Obrigação e/ou liberação de operações ativas e passivas quando o valor envolvido for superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **§ Segundo -** Nos atos de constituição de procuradores a sociedade deverá ser representada sempre por 02 (dois) Diretores. **Artigo 18 -** Observado o disposto no artigo anterior, cada um dos membros da Diretoria é investido de poderes para representar a sociedade e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: I - ao Diretor Presidente: a) manter a coordenação entre a Diretoria e Assembleia Geral; b) a direção geral da sociedade; c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, votando e tendo voto de qualidade em caso de empate; d) dirigir a elaboração do planejamento geral da sociedade e as relações externas; e) cumprir e fazer cumprir fielmente o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as normas legais em vigor; f) representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citações iniciais e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado constituir procurador especial para essas duas últimas hipóteses; g) a responsabilidade pelo cumprimento da Lei 9.613/98; II - ao Diretor Vice-Presidente: a) substituir o Diretor Presidente nos casos de falta ou impedimento do Diretor Presidente; b) o exercício da Presidência quando não for eleito o Diretor Presidente pela Assembleia Geral; III - ao Diretor Administrativo Financeiro: a) a responsabilidade administrativa e financeira da sociedade, cabendo-lhe a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetos sociais; b) a responsabilidade pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) substituir o Diretor Técnico em suas faltas e impedimentos; IV - ao Diretor Técnico: a) a responsabilidade pelas Relações com a SUSEP, cabendo-lhe responder pelo relacionamento com a Autarquia; b) a responsabilidade pelas atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundo; c) a responsabilidade pelo registro de apólices e endossos emitidos e cosseguros aceitos; V - Ao Diretor de Controles Internos: a) orientar e supervisionar: i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, na forma da legislação em vigor; e ii) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos; b) prover as Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, na forma da legislação em vigor; e c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: i) riscos novos ou emergentes; ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; iii) ações relativas à gestão de riscos; e iv) deficiências relativas ao Sistema de Controles Internos e à Estrutura de Gestão de Riscos e seu respectivo saneamento. VI - Aos Diretores sem designação específica caberá atuação nas áreas designadas pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo-lhes ainda substituir o Diretor com designação específica nas suas faltas e impedimentos, desde que suas atribuições não conflitem com o que prescreve a legislação. **CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal. Artigo 19 -** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, na conformidade legal. **Artigo 20 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ Primeiro -** O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe conferir. **§ Segundo -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **CAPÍTULO VI - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Aplicações. Artigo 21 -** O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único -** Poderá a sociedade levantar balanços intermediários, na forma da lei. **Artigo 22 -** No fim de cada exercício serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados; d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. **§ Primeiro -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **§ Segundo -** Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) Constituição de Reservas para contingências, na forma autorizada em lei; c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, a título de dividendos aos acionistas, observado o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da Assembleia Geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado. **§ Terceiro -** Com o objetivo de compensar eventual diminuição de lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral, poderá, por proposta da Diretoria, constituir reserva nos termos do artigo 196 e parágrafos, da Lei 6.404 de 15.12.1976, e, bem assim, constituir a reserva de que trata o artigo 197 da mesma lei. **§ Quarto -** Por voto favorável da unanimidade dos acionistas presentes, a Assembleia Geral poderá decidir pela distribuição de dividendo inferior àquele previsto no parágrafo 2º, letra “c” deste artigo, ou a retenção de todo o lucro. **§ Quinto -** No exercício em que for distribuído aos acionistas o dividendo mínimo de que trata este artigo (letra “c” do § 2º), poderá ser atribuída aos administradores participação nos lucros da sociedade, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos mesmos ou 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, que será rateado entre eles segundo proposto pelo Diretor Presidente. **§ Sexto -** A Assembleia Geral decidirá sobre o destino do saldo dos lucros remanescentes, os quais poderão ser total ou parcialmente distribuídos, como dividendos suplementares aos acionistas, ou atribuídos a reserva especial para futuro aumento de capital. **§ Sétimo -** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão e reverterão em benefício da sociedade. **CAPÍTULO VII - Da Liquidação da Sociedade. Artigo 23 -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967. **CAPÍTULO VIII - Das Disposições Transitórias. Artigo 24 -** O presente Estatuto passará a vigorar imediatamente, observadas as prescrições legais. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2022. **MESA: Marcelo Domingues Salustiano** - Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos** - Secretária. **ADMINISTRADORES: Pedro Cláudio de M. Bocayuva Bulcão** - Diretor Presidente; **Celina Maria Lins** - Diretora Técnica; **Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão** - Diretora; **Marcelo Domingues Salustiano** - Diretor Administrativo Financeiro. **ACIONISTA: SINAF Participações S.A., Rosângela Lourenço dos Santos, OAB/RJ nº 121.530** - Procuradora. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Marcelo Domingues Salustiano** - Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos** - Secretária. Jucejra nº 4993173 em 12/07/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

EVENTO

Bienal da UNE, no Rio, reunirá mais de dez mil estudantes

O evento terá mostras científica, artística e de jogos digitais.



Seis ministros também devem participar do evento no Rio de Janeiro

A 13ª Bienal da UNE – Festival dos Estudantes será iniciada na quinta-feira (2), no Rio de Janeiro, com estimativa de receber, até o próximo domingo (5), 10 mil estudantes de todo o país. O evento terá mostras científica, artística e de jogos digitais. Foram inscritos 1.600 trabalhos.

“Selecionamos 171. Cada linguagem selecionou trabalhos que respeitavam a questão de paridade regional, paridade de gênero e de temáticas”, disse a coordenadora do Circuito Universitário de Cultura e Arte (Cuca) da União Nacional dos Estudantes (UNE), Paola Soccas.

Desde que a bienal surgiu, em 1999, ela se dispõe a fazer investigação da identidade nacional. “Ela sempre discute o Brasil, sob uma perspectiva diferente”, ressaltou Paola. Este ano, o tema é “Um Rio Chamado Brasil”. A meta é fazer a defesa das políticas educacionais, políticas culturais e políticas ambientais, envolvendo a defesa dos biomas e dos povos tradicionais.

“São as pautas principais na reconstrução do país. A gente adotou o elemento dos rios para poder, de uma forma simbólica e romântica, ilustrar a reconstrução do país. A gente viveu no próximo período”, afirmou a coordenadora do Cuca.

Paola observou, ainda, que o tema central evidencia a ênfase dada pelos estudantes brasileiros nesta edição à Amazônia e à cultura nortista, ao elegerem Bruna Brelaz, natural do Amazonas, como nova presidente da UNE.

Serão homenageados na bienal os Bois Caprichoso e Garantido, de Parintins. “É o rio enquanto esse elemento que revigora, que regenera a natureza, sem a qual ninguém come, ninguém vive”.

Paola destacou que a ideia é mostrar para o país que se os biomas, os povos e o desenvolvimento não forem colocados no centro de tudo, o futuro estará em perigo. “Não são futuros sustentáveis. Não existe educação sem pensar nos nossos territórios, na natureza, nos nossos povos. Não existe nada sem a Amazônia e a natureza”, disse.

Durante o dia, a programação será na Fundação Progresso, situada junto aos Arcos da Lapa, região central do Rio. A noite, a partir das 18h30, haverá shows artísticos em um palco montado nos próximos Arcos.

Toda a programação é gratuita e aberta ao público. Até o último dia 31, as inscrições eram feitas online. Desde quarta-feira (1º), elas começaram a ser feitas somente presencialmente, na Fundação Progresso.

Para estudantes que vêm ao Rio é cobrado o valor de R\$ 170, que inclui alojamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e traslado de ônibus para a fundição e os Arcos da Lapa, com retorno garantido para a universidade.

Além das mostras, haverá exposições de filmes e debates com as ministras Luciana Santos, da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ana Moser, do Esporte; Marina Silva, do Meio Ambiente; Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas; Margaret Menezes, da Cultura; e Anielle Franco, da Igualdade Racial.

A ministra da Cultura participará também de um ato simbólico de refundação popular, “pelos mãos dos estudantes”, do ministério (Minc) e em defesa da cultura. “Vai ser um momento muito importante, porque a ministra vai poder falar com toda a juventude e membros da sociedade sobre os planos do Ministério da Cultura”, salientou Paola.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
POSTO DE ABASTECIMENTO LIPE LTDA, inscrito sob o CNPJ: 12.450.523/0001-19, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo Nº 14/200.645/2011 a renovação de sua Licença de Operação Nº 001558/2015, para Posto de Revenda e Abastecimento de Combustíveis Líquidos, com Serviço de Troca de Óleo na Avenida Dom Hélder Câmara, nº 6611 - Pílares - Rio de Janeiro/RJ.

AMM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ 12.481.309/0001-20 - NIRE 33.3.0032232-9
RENÚNCIA À ADMINISTRAÇÃO
Arquivada na JUCERJA em 12.01.23, sob o nº 00005260702, a renúncia de FABIO GUIMARÃES LEITE (CPF 120.608.698-03) à função de diretor da Companhia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Secretário da entidade sem fins econômicos que gira nesta praça sob a denominação social de **FIRE HELP - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS**, no gozo de suas atribuições legais e de acordo com as disposições contidas no artigo 46 de seu estatuto, convoca para o dia 18 de fevereiro de 2023 em sua sede, na Avenida Beira Mar, 216 - sala 601, bairro Centro, município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, às 09:00 horas em primeira convocação e às 09:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de associados, uma Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade: 1 - Alteração dos estatutos sociais, no artigo referente ao uso da assinatura pelo tesoureiro conforme disposto no Artigo 56; 2 - Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2023. **FIRE HELP - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS**
Elton Pires Messeder - Presidente

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/36BE-1B31-8019-1504> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 36BE-1B31-8019-1504



Hash do Documento

DF5EF615E16BAA1669035C5E1217C423B090B56906AC4D37E1533EECC0665D16

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
03/02/2023 09:54 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

